

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO TOCANTINS TRAINING OF INDIGENOUS TEACHERS IN THE STATE OF TOCANTINS

Jandira Rodrigues Aquino Lima<sup>1</sup>  
José Carlos da Silveira Freire<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda a formação de professores indígenas desde 1991, quando o Ministério da Educação – MEC, conduziu os processos de educação, junto aos povos indígenas do Estado do Tocantins. Para tanto, as pesquisas bibliográficas foram realizadas em livros, dissertações, artigos e documentos em várias esferas governamentais, sobre experiências e políticas públicas de formação dos indígenas. Nesse contexto, é apresentada a política de formação para professores indígenas no Estado do Tocantins, o curso de formação de professores: Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins e a Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins. Escrever este Artigo configura a concretização de um desejo que há tempos nutria em meu coração e o interesse por essa temática, tem sido atribuído à necessidade da oferta de uma educação de qualidade e na busca de um modelo de formação indígena, capaz de articular as demandas de qualificação docente e valorização da cultura indígena no currículo escolar.

32

**Palavras-chave:** Formação. Professores indígenas. Projeto e Proposta. Seduc.

**ABSTRACT:** This article addresses the training of indigenous teachers since 1991, when the Ministry of Education – MEC, conducted the education processes, together with the indigenous peoples of the State of Tocantins. To this end, bibliographic research was carried out in books, dissertations, articles and documents in various governmental spheres, on experiences and public policies for the formation of indigenous peoples. In this context, the training policy for indigenous teachers in the State of Tocantins, the teacher training course: Indigenous Education Project for the State of Tocantins and the Proposal for the Training of Indigenous Teachers of the State of Tocantins are presented. Writing this article sets up the fulfillment of a desire that I have long nurtured in my heart and interest in this theme has been attributed to the need to offer a quality education and in the search for a model of indigenous training, capable of articulating the demands of teacher qualification and appreciation of indigenous culture in the school curriculum.

**Keywords:** Training. Indigenous Teachers. Project and Proposal. Seduc.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Gurupi (UNIRG). Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Especialista em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC).

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Educação – UEPA, Professor na Universidade Federal do Tocantins/Professor do Mestrado Profissional em Educação, Mestrado e Doutorado em Educação – UFG. Graduação em Pedagogia (UECE).

## INTRODUÇÃO

O tema formação de professores indígenas faz parte do meu itinerário como profissional e pesquisadora da educação básica. Escrever sobre esse tema é a concretização de um desejo que eu nutria em meu coração. Iniciei minhas pesquisas em 2021, quando fui aprovada para o Mestrado em Educação PPGE-UFT. Neste momento, escrevo minha dissertação para apresentar à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. O artigo é um recorte referente às seções I e II da Dissertação “A Formação de Professores Indígenas da Secretaria de Educação do Tocantins Seduc: intensão e resultados”.

Para que fosse possível escrever este artigo, me preparei a partir do conhecimento de livros, dissertações de mestrado e artigos de autores como Albuquerque (2007), Braggio (1997), Burato (2006), Damsõkekwa Calixto (2016), D’angelis (2003), Giralдин (2011), Grupione (2006), Maher (2006) e Muniz (2017).

As pesquisas se estenderam a documentos em várias esferas governamentais, como Resolução nº 5, de 22/06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, na Educação Básica, Lei nº 2.977, de 8/07/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015- 2025) e fixa diretrizes específicas, metas, estratégias, Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins e Proposta de formação de professores indígenas do referido Estado, com a finalidade de embasar este documento.

### **Política de Formação para Professores Indígenas no Estado do Tocantins**

No Estado do Tocantins, foram efetivadas políticas de educação, com a finalidade de cumprir o que estabelece a legislação em relação à formação de professores indígenas. Visando a trazer subsídios e embasar o texto, será construída uma linha do tempo com informações sobre o processo de acolhimento da educação escolar indígena pelo Estado até a formação dos professores indígenas em 2022.

Logo após a transição de responsabilidade da gestão da Educação Escolar Indígena da FUNAI para o Ministério da Educação em 1991, o MEC conduziu os processos de educação, junto aos povos indígenas. Após dez dias, foi criada a Coordenadoria de Educação Escolar Indígena na Secretaria de Ensino Fundamental, atendendo à Portaria Interministerial nº 559

e fortalecendo o já preconizado na Constituição Federal de 1988: “Em 14/02/1991 foi outorgada ao MEC a coordenação das ações referentes à Educação Escolar Indígena, dentro da Secretaria de Ensino Fundamental, que dá total apoio às leis referentes à educação escolar contidas na Constituição de 1988 e outros documentos” Braggio (1997, p.4).

No Estado do Tocantins, foi criada a Coordenação de Educação Indígena, em 1991, na cidade de Porto Nacional, com a assinatura de um convênio tripartite entre a Universidade Federal de Goiânia - UFG (Museu Antropológico), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI e Secretaria da Educação. Como explica Braggio (1997):

No Tocantins cria-se uma Coordenação de Educação Indígena. O projeto teve, então, seu início em 19 de agosto de 1991, em Porto Nacional, TO, pela assinatura [...] de um convênio tripartite entre a UFG (Museu Antropológico) FUNAI e Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. (BRAGGIO, 1997, p.4).

Com a criação da Coordenação de Educação Indígena e a assinatura do convênio tripartite, foi elaborado o primeiro projeto para atender os povos indígenas do Estado do Tocantins com formação de professores. O Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins registra que o primeiro curso de capacitação para professores indígenas teve início em 20 de agosto de 1991.

Foram capacitados trinta e oito professores indígenas, oriundos de trinta e sete comunidades por elas escolhidas, representando os povos Karajá, Javaé, Karajá Xambioá, Xerente, Krahô e Apinajé, na proporção de um indígena por comunidade, inclusive, alguns indígenas já eram professores capacitados pelo Summer Institut of Linguistic - SIL e outras instituições e eram contratados pela FUNAI.

Considerando a necessidade de fortalecer a política de formação, em 1998, foi regulamentada a Proposta de formação de professores indígenas em Nível Médio, na Modalidade Normal - Magistério Indígena, pelo Conselho Estadual de Educação:

Este programa de formação foi criado conforme regulamenta a resolução 052 do Conselho de Educação Estadual do Estado do Tocantins, em 1998[...]. Em condições regulares o curso tem a duração de quatro anos, é voltado especificamente para formação de professores indígenas e possui um currículo diferenciado, com relação aos cursos regulares de Magistério em nível médio. Além das disciplinas obrigatórias, o currículo prevê uma carga horária para realização de estágio docente DAMSÓKEKWA CALIXTO (2016, p. 10).

Ainda conforme Calixto (2016, p.11), “o implemento de políticas educacionais foi possível graças à mobilização e articulação de lideranças indígenas do Estado, que reivindicaram capacitação e formação continuada para o Magistério Indígena”.

O autor mencionado segue afirmando que “a Secretaria de Educação do Tocantins

criou, o Conselho Estadual de Educação, composto por trinta conselheiros, sendo quinze indígenas, entre titulares e suplentes, representando todas as etnias reconhecidas no Estado, por meio da Resolução nº 052 (de 30 de junho de 1998)”. Com a criação desse Conselho, os indígenas puderam participar, efetivamente, das tomadas de decisões por meio de seus representantes.

Na perspectiva de inserir cada vez mais os indígenas nas tomadas de decisões, construindo sua autonomia, o Estado do Tocantins avançou, criando um sistema específico de Educação Escolar Indígena, com concurso diferenciado e carreira específica de magistério. De acordo com Albuquerque (2007, p. 71, apud TEIXEIRA, 1997, p. 142),

[...] para assegurar a necessária autonomia pedagógica, o Estado do Tocantins tentou uma experiência, até então inédita no Brasil: criou um sistema específico de educação escolar indígena, dentro do sistema de educação do Estado, com concurso diferenciado e carreira de magistério específica e diferenciada. A legislação é fruto de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa e que garante aos índios a prerrogativa de serem professores em suas aldeias, além de garantir isonomia salarial.

Com a consolidação dessa nova política, a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins realizou o primeiro concurso público para professores indígenas, por meio do Edital n.º 006, de 30 de maio de 2008, que provê 200 (duzentas) vagas para o cargo de Professor Normalista, com formação em Nível Médio - Modalidade Normal, distribuídas por povo para atuação exclusiva em unidades escolares localizadas nas comunidades Indígenas do Estado do Tocantins, conforme quadro a seguir:

**Quadro 1** - Quantidade de Vagas por Povo Indígena

Povo	Número de Vagas
Apinajé	32
Javaé	28
Karajá	34
Karajá-Xambioá	17
Krahô	42
Krahô-Kanela	02
Xerente	45
Total de Vagas	200

**Fonte:** Diário Oficial do Tocantins (nº 2.661) de 04/06/2008.

**Quadro 2** – Número de Aprovados por Povo Indígena

Povo	Número de Aprovados
Apinajé	10
Javaé	09
Karajá	04
Karajá Xambioá	06
Krahô	10
Xerente	37
Total de Aprovados	76

**Fonte:** Diário Oficial do Tocantins (nº 2.771) de 07/11/2008.

O Diário Oficial do Tocantins nº 2.771, de 07 de novembro de 2008, publicou a relação com o nome dos aprovados, sendo 76 indígenas dos povos Apinajé, Javaé, Karajá, Karajá Xambioá, Krahô e Xerente. O Estado do Tocantins realizou apenas um concurso público específico para professores indígenas. Essa realidade demonstra que a maioria dos professores que trabalham nas escolas indígenas, é estabelecido apenas por contrato, gerando instabilidade e rotatividade desses profissionais, o que ocasiona prejuízo para os alunos.

Analisando o quadro 1, podemos perceber que foram disponibilizadas 200 vagas, apenas, para o cargo de Professor Normalista, com formação em Nível Médio - Modalidade Normal, ou seja, no Estado do Tocantins, não tem nenhum professor indígena com curso superior, concursado, por meio de concurso público específico para indígenas. No quadro 2, podemos perceber que o número de professores aprovados é bem inferior à demanda de profissionais das escolas.

Ao fazer uma análise anterior a 2008, ano em que foi realizado o concurso público para professores indígenas, podemos constatar que, para atender aos 3.791 (três mil, setecentos e noventa e um) alunos matriculados nas 72 (setenta e duas) escolas indígenas, seria necessário, aproximadamente, 189 (cento e oitenta e nove) professores, como apontam dados da Seduc de 2005.

Atualmente, a Secretaria de Educação do Tocantins atende a 3.791 índios matriculados em 72 escolas, instaladas, nas aldeias Xerente, Karajá Xambioá, Javaé, Krahô e Apinajé, perfazendo um total de 189 professores, sendo 114 professores índios e 75 professores não índios, conforme dados da SEDUC/2005 ALBUQUERQUE, 2007, p. 76).

O número de professores indígenas aprovados no concurso público de 2008, se distribuídos pelo número de escolas indígenas citadas pelo autor em 2005, resultaria em

praticamente um professor concursado por escola. Nos dias atuais, segundo dados atualizados da Seduc, no ano de 2022, foram matriculados 5.966 (cinco mil, novecentos e sessenta e seis) alunos em 95 (noventa e cinco) escolas indígenas e 35 (trinta e cinco) extensões, conforme quadro a seguir:

**Quadro 3 – Dados da Educação Escolar Indígena 2022**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO TOCANTINS  
Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N  
Palmas – Tocantins – CEP 77.001.910  
Tel: +55 63 3218 1400|1419  
www.seduc.to.gov.br

**Dados da Educação Escolar Indígena 2022**

Regional	Povo	Número de Alunos matriculados em 2022	Número de Escolas
Gurupi	Javaé	655	10 – escolas 05 – extensões
Paraíso	Karajá	904	06 – escolas 03 – extensões
	Javaé	62	01- escola
	Krahô	04	01 – escola
	Krahô Kanela	28	01 – escola
Miracema	Xerente	1249	41 – escolas 04 – extensões
		1302	17 – escolas 14 – extensões
Araguaína	Xambioá	375	04 – escolas 02- extensões
		104	04 – escolas
Tocantinópolis	Apinajé	1283	11 – escolas 07 – extensões
		5.966	95 – escolas 35 – extensões
TOTAL			

Informações fornecidas pela servidora da Gerência da Educação Escolar Indígena Maria Istéla Côelho Fólha

Palmas, 29 de agosto de 2022

**Fonte:** Gerência de Educação Escolar Indígena/SEDUC-TO

Desse modo, para atender à demanda de alunos, são necessários 593 (quinhentos e noventa e três) professores. Esses são dados que denunciam a necessidade urgente da realização de um concurso público específico para professores indígenas.

37

**Quadro 4 – Quadro de professores indígenas e não indígenas em 2022**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO TOCANTINS  
Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, S/N  
Palmas – Tocantins – CEP 77.001.910  
Tel: +55 63 3218 1400|1419  
www.seduc.to.gov.br

**QUADRO DE PROFESSORES INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS  
Em 2022**

DRE	MUNICÍPIO	POVO	Professores indígenas	Professores não indígenas	Total
Paraíso	Lagoa da Confusão	Karajá	48	01	49
		Krahô Kanela	08	-	08
		Javaé	02	03	05
		Krahô	02	01	03
Miracema	Tocantinópolis	Xerente	135	16	151
Gurupi	Formoso do Araguaia Sandolândia	Javaé	43	29	72
Pedro Afonso	Itacajá Goiatins	Krahô	77	84	161
Tocantinópolis	Tocantinópolis Maurilândia	Apinajé	49	34	83
Araguaína	Goiatins Santa Fé do Araguaia	Krahô	20	20	40
		Karajá Xambioá	20	01	21

Maria Istéla Côelho Fólha (dados tabulados)  
Total de professores Indígenas - 404  
Total de professores não indígenas - 189  
**Total - 593**

**Fonte:** Gerência de Educação Escolar Indígena/SEDUC-TO

Por fim, ressalta-se que promover concurso público e formação para os indígenas atuarem como professores nas escolas localizadas em suas comunidades, é garantir uma educação diferenciada e específica, valorizando a cultura do seu povo. No entanto, os dados informados pela SEDUC demonstram, no quadro anterior, que o número de professores não indígenas trabalhando em escolas indígenas é significativo, contrariando o que preconiza a Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica em seu Artigo 19, que afirma:

§ 2º Compete aos professores indígenas a tarefa de refletir criticamente sobre as práticas políticas pedagógicas da Educação Escolar Indígena, buscando criar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar: de um lado, os conhecimentos ditos universais, a que todo estudante, indígena ou não, deve ter acesso, e, de outro, os conhecimentos étnicos, próprios ao seu grupo social de origem que hoje assumem importância crescente nos contextos escolares indígenas (BRASIL 2012, p. 9)

Portanto, pode-se considerar que investir em programas de formação de professores indígenas é uma estratégia para o sucesso da educação escolar indígena, haja vista que “formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado brasileiro”. Brasil (2012, p. 10).

### **Curso de Formação de Professores: Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins**

A formação específica para professores indígenas constitui-se, atualmente, um dos principais desafios para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, bilíngue e intercultural. A formação de indígenas voltada para atuação deles nas escolas localizadas em suas comunidades é uma reivindicação dos povos indígenas, visando a uma educação de qualidade para suas crianças, respeitando sua cultura e processos próprios.

Essa formação específica é uma forte demanda não só dos professores índios, mas também de suas comunidades, que almejam uma educação qualificada para suas crianças, pois ainda que os professores nas escolas indígenas, em sua maioria, sejam índios, muitos membros destas respectivas etnias[...] não concluíram sua escolarização básica[...], nem tiveram uma formação em magistério (GRUPIONI, 2006, p.52).

O autor ainda afirma que a formação “está prevista na legislação que tratou do direito dos índios a uma educação intercultural diferenciada dos demais segmentos da população brasileira”. Indiscutivelmente, esse é um direito que não pode ser negado, mas, diante da afirmação do autor, percebemos que esse direito ainda não foi garantido plenamente de

acordo com a lei.

É notório que iniciativas começam a ser tomadas, visando a garantir formações aos indígenas e, assim, os primeiros cursos de formações específicas para os indígenas no Estado do Tocantins foram realizados no período de 1991 a 1997, com a finalidade de capacitá-los para atuarem como professores alfabetizadores em suas comunidades. Braggio, (1997, p.6) afirma que, “a fim de viabilizar a proposta estabeleceu-se como objetivo primeiro a capacitação dos nativos em cursos específicos para atuarem como professores para a alfabetização em suas comunidades”.

Para elaborar uma proposta de formação para os professores indígenas, que sucedia o Projeto de Educação Indígena, foi necessário realizar um levantamento sociolinguístico dos povos indígenas do Estado do Tocantins, com a assinatura do Convênio tripartite entre UFG (Museu Antropológico), FUNAI e Secretaria da Educação ocorrida em 1991. Albuquerque (2007), citando em consonância a Braggio, afirma que o Projeto de Educação Indígena<sup>3</sup> é anterior à assinatura do Convênio tripartite:

[...] o projeto de educação indígena para o Estado do Tocantins teve seu início bem antes da data de assinatura do convênio tripartite entre a Universidade Federal de Goiás, a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e a Fundação Nacional do Índio, em 19 de agosto de 1991 (ALBUQUERQUE, 2007, p. 77 apud BRAGGIO, 1997, p. 3).

O projeto de pesquisa do Setor de Etnolinguística do Museu Antropológico da UFG, em parceria com a Secretaria de Assuntos Indígenas do Estado de Goiás e Tocantins, teve início em 1989. As informações coletadas na pesquisa foram utilizadas como subsídio para a escrita da Proposta de formação de professores indígenas do Tocantins, que aborda concepções pluralista-intercultural e algumas garantias, como especificado no quadro a seguir:

**Quadro 5** - Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins

Projeto	Garantias
O projeto de concepção <del>para</del> intercultural, garantia:	O uso da língua materna como meio de instrução e como primeira a ser adquirida pelas crianças em sua forma escrita;
	Uma concepção de alfabetização que não se limita à primeira série de ensino básico, mas de forma gradual e de maior duração, dependendo de cada aluno, em particular indo além das quatro paredes da sala de aula;

<sup>3</sup> O Projeto de Educação Indígena encontra-se no mesmo documento da Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado Tocantins, aprovada pelo CCE, Resolução Nº 052, no dia 30/06/1998, elaborada por Silvia Lucia Bigonjal Braggio, em 1997, e encontrada na Secretaria Estadual de Educação/Gerência de Educação Indígena na versão impressa. A proposta não foi disponibilizada em versão digital. Para análises referentes à Proposta, pode-se consultar, entre outros, Albuquerque (2007), Damsökekwa Calixto (2016) e Muniz (2017).

	O uso da Língua Portuguesa como segunda língua e não como língua estrangeira;
	O ensino realizado por professores indígenas;
	A elaboração dos materiais didáticos pelos próprios professores indígenas, retratando a realidade sociocultural e histórica de cada grupo.

**Fonte:** Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins – 1997

Durante a vigência do Projeto, foram realizadas 07 (sete) etapas de formação que integralizaram 448 horas-aula. Assim, a formação iniciada em 20 de agosto de 1991 foi finalizada em 10 de julho de 1993, quando os professores receberam seus diplomas. Nesse ínterim, formaram 38 (trinta e oito) indígenas, de 37 (trinta e sete) comunidades, com representantes dos povos Karajá, Javaé, Xambioá, Xerente, Krahô e Apinajé. Alguns desses professores já tinham sido capacitados pelo SIL<sup>4</sup> e outras instituições e contratados pela FUNAI, os demais foram contratados, posteriormente, pela Secretaria de Educação do Tocantins.

Nas sete etapas da formação, foram ministrados cinco componentes curriculares, oficina de produção de textos e seminário de avaliação e planejamento, organizados da seguinte forma:

**Quadro 6** - Componentes curriculares oferecidos nas capacitações

Etapa	Componente Curricular			C. H
1 <sup>a</sup>	Alfabetização	Matemática	Estudos Sociais	80
2 <sup>a</sup>	Alfabetização	Língua Portuguesa	Estudos Sociais	64
3 <sup>a</sup>	Alfabetização	Matemática	Estudos Sociais	64
4 <sup>a</sup>	Língua Portuguesa	Estudos Sociais	Ciências	64
5 <sup>a</sup>	Ciências	Matemática		64
6 <sup>a</sup>	Oficina de Produção de Textos			80
7 <sup>a</sup>	Seminário de Avaliação e Planejamento			32

**Fonte:** Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins – 1997

Segundo Braggio (1997, p.7), no transcorrer do Projeto mencionado, foram desenvolvidas, em uma concepção básica, várias ações relacionadas, intrinsecamente, a esse Projeto:

- Ação educativo-cultural junto à sociedade envolvente: através de uma Exposição Itinerante constituída por artefatos da comunidade de origem de cada professor. Iniciada em Gurupi durante a segunda etapa do curso, esta exposição já foi apresentada no MEC, Coordenação de Educação Escolar Indígena e atualmente encontra-se exposta no Museu Antropológico da UFG;
- Ação acadêmico-científica desenvolvida principalmente na UFG: cursos de educação indígena a cargo de Braggio que tem atendido a alunos do Mestrado em

<sup>4</sup> Summer Institut of Linguistic

Linguística, membros do setor de Etnolinguística do MA, FUNAI, professores da UNITINS e alunos da graduação da UFG [...];

- Ação de acompanhamento do trabalho dos professores indígenas em suas respectivas comunidades[...];
- Ação de desenvolvimento das lideranças indígenas com o projeto educacional, ocorrido de 7 a 9 de outubro de 1992 com encontro de caciques das 37 comunidades envolvidas no Projeto;
- Ação de entrosamento dos secretários e representantes de educação do nortedo Brasil[...]: encontro realizado em Palmas de 6 a 8 de julho de 1992, denominado PRODENORTE que envolveu pesquisadores, professores nativos e conferencistas convidados;
- Ação de revigoração da proposta do Projeto, através de 1º Reencontro de Professores Indígenas do Estado do Tocantins, de 10 a 15 de outubro de 1994, no Centro de Treinamento de Formoso do Araguaia;
- Ação iniciadora de educação escolar da comunidade de Aruanã, através de vinda do Professor de Aruanã, Wajurema, em 1992, ao Museu Antropológico[...];
- Ação junto à Câmara Legislativa que deu origem à aprovação de leis com relação à carreira do professor indígena e às escolas indígenas.
- Mapeamento das comunidades indígenas feitas pelo arquiteto Eurípedes Monteiro Júnior.

O Projeto deu ainda origem à:

- 1) Formação de uma Associação de Professores Xerente;
- 2) Formação de um Conselho de Caciques;
- 3) Representação dos Xerente junto a entidades indígenas nacionais por professores do projeto;
- 4) Integração dos diversos grupos indígenas do Centro-Oeste que antes não tinham contato.

Foi desenvolvido, ainda, pelos pesquisadores da UFG, o segundo curso de capacitação, que teve início em 28 de fevereiro de 1994, para uma segunda turma de 47 (quarenta e sete) indígenas do mesmo grupo que participou do curso anterior. No segundo curso, foram ofertadas seis etapas, totalizando 384 horas assim distribuídas:

41

**Quadro 7** - Componentes curriculares oferecidos nas capacitações

Etapa	Componente Curricular				C. H
1ª	Metodologia	L. Portuguesa	L. Indígena		56
2ª	Metodologia	L. Portuguesa	L. Indígena		56
3ª	Metodologia	L. Portuguesa	L. Indígena		80
4ª	Matemática	L. Portuguesa	L. Indígena		56
5ª	Política de Língua	L. Portuguesa	L. Indígena		56
6ª	Geografia	Ciências	L. Portuguesa	L. Indígena	80

**Fonte:** Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins – 1997

O Projeto, envolvendo todas essas etapas, foi desenvolvido, considerando a necessidade de professores preparados para atender os alunos que estudavam em suas comunidades. Em 1997, no Estado do Tocantins, já havia um número considerável de escolas indígenas e de professores para atender 2.078 (duas mil e setenta e oito) crianças, como reitera Albuquerque(2007, p.78):

De acordo com os dados da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do Tocantins (1997), Braggio (1997, p. 25) apresenta o número de escolas, professores e alunos das comunidades indígenas do Tocantins, confirmando que, naquela época, havia em funcionamento 56 escolas estaduais, com um total de 90 professores atendendo a uma população de 2.078 crianças.

O autor apresentou um quadro, detalhando as comunidades indígenas, o número de alunos, municípios onde estão localizadas as escolas indígenas, o número de escolas e o número de professores que lecionavam em 1997, ano em que foi elaborada a Proposta de formação para professores indígenas do Tocantins.

**Quadro 8** - Comunidades indígenas do Tocantins

Comunidades	Nº de alunos	Municípios	Escolas	Professores
Karajá	425	Ilha do Bananal	05	23
Krahô	559	Itacajá	13	15
Xerente	507	Tocantínia	25	29
Javaé	175	Formoso do Araguaia	05	10
Karajá-Xambioá	85	Santa fé do Araguaia	02	04
Apinayé	327	Tocantinópolis, Lagoa de São Bento, Malrilandia, Cachoeirinha	07	08
Total	2.078		56	90

**Fonte:** Albuquerque (2007, p 237)

Nesse viés, ao analisarmos esse aspecto da educação indígena, percebemos que, até 1997, todas as ações referentes à formação de professores indígenas eram geridas pela UFG/FUNAI/SEDUC, visto que, a partir das mudanças ocorridas no Governo, a Secretaria da Educação do Estado Tocantins passa a gerir essas ações, por meio da Coordenação da Educação Indígena,

Em contrapartida, Braggio (1997) afirma que permaneça assessoria de Poleck Teixeira nos cursos de extensão, e que o Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins permanece sem rupturas, possibilitando continuidade, assim como planejado inicialmente. Albuquerque (2007, p.79) afirma que, “porém, com o fim convênio tripartite entre UFG/FUNAI/SEDUC, no ano de 1997 a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, vem implementando políticas públicas, por intermédio da Gerência de Educação Indígena, através do MEC/FUNAI/SEDUC”.

Por fim, a terceira turma, com 19 indígenas, iniciou em 19 de maio de 1997, compreendendo 168 horas-aula, como demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 9** - Componentes curriculares oferecidos nas capacitações

Etapa	Componente Curricular			C. H
1 <sup>a</sup>	Metodologia	Língua Portuguesa	Língua Indígena	56
2 <sup>a</sup>	Matemática	Língua Portuguesa	Língua Indígena	112

**Fonte:** Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins – 1997

O Curso de formação de professores indígenas do Estado do Tocantins começa a atender as normas, exigências e requisitos dos Cursos de Magistério em Nível Médio, segundo a Resolução nº 02 da Câmara de Educação Básica de 29 de abril de 1999, baseado no Artigo 62, da Lei de 9394/96, a qual preconiza que o Curso de Formação de Professores Indígenas promova a “formação de professores para atuarem como docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental [...]”

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena na Educação Básica, Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012, em seu Artigo 20º, parágrafo 1º, preconiza a formação inicial de professores indígenas “[...] do Curso Normal em Nível Médio - Magistério Indígena” para atender as necessidades básicas e mais urgentes de escolarização de acordo com as especificidades dos povos indígenas:

§ 1º A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal (BRASIL, 2012, p. 10).

Nessa perspectiva, a Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, que fixa diretrizes específicas, metas e estratégias para o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO/2015-2025 garante que, em parceria com a União e os municípios, irá manter e aprimorar programas de formação inicial para professores indígenas.

Meta 19 – Garantir em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação de todos os professores da educação básica[...]. Estratégia 19.13. Manter e aprimorar programa de formação inicial para professores, em magistério indígena, baseado nas diretrizes estaduais para a política de formação inicial de professores e demais profissionais do ensino fundamental das escolas indígenas, diferenciadas, intercultural e bilíngue.

Com a garantia da formação, o Curso é ofertado nos meses de janeiro e julho, quando os professores indígenas estão em recesso ou férias. Durante o período de aula, os cursistas ficam alojados em espaço organizado pela Secretaria da Educação. Esse Curso garante formação mínima, com a pretensão de que, em todas as comunidades, possa ter profissionais indígenas atuando, haja vista que ainda existem professores não indígenas trabalhando nas

escolas localizadas nas comunidades.

### **Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins**

O Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins teve vigência até o ano de 1997, quando finalizou o convênio tripartite entre UFG/FUNAI/SEDUC, como citado anteriormente, porém “[...] dadas as diretrizes da LDB, 9394/96, surge a necessidade de viabilizar o Curso de Formação de Professores Indígenas, uma vez que sóas capacitações já não eram mais suficientes para a proficiência em educação”. Albuquerque (2007, p.80).

Diante disso, com a finalidade de elaborar uma Proposta que atendesse as atuais necessidades, a professora Silvia Lucia Bigonjal Braggio realizou pesquisas bibliográficas e sociolinguísticas com um grupo de indígenas do Estado de Goiás, sendo que a maioria, atualmente, encontra-se no Estado do Tocantins.

Esse projeto teve início em 1989, afirma Braggio (1997), que coordenou um projeto de pesquisa do Setor de Etnolinguística do Museu Antropológico da UFG, em parceria com a Secretaria de Assuntos Indígenas do Estado de Goiás, cujo objetivo foi realizar um levantamento do estado sociolinguístico dos povos indígenas deste estado. Os dados coletados na pesquisa subsidiaram o Projeto de Educação Indígena para o Estado do Tocantins, e servem ainda hoje como parâmetro para os projetos atuais (MUNIZ, 2017, p. 87).

Para que fosse possível realizar a pesquisa e verificar o estado linguístico das comunidades indígenas, foram então selecionados grupos, por povo e comunidade, para, a partir dessa seleção, os indígenas atuarem nos programas educacionais.

De cada comunidade, foram selecionados proporcionalmente, segundo a autora supracitada, (1992a, p. 2), vinte por cento (20%) da população (com exceção dos Avá-Canoeiro cuja população total (9 membros, na época) foi contactada na aldeia dos Javaé. A pesquisa contou com a participação de 431 informantes assim distribuídos: 113 Karajá, 79 Javaé, 89 Xerente, 68 Krahô, 48 Apinayé e 25 Tapuia (ALBUQUERQUE, 2007, p. 67 e 68 apud BRAGGIO, 1992a, p. 2).

Albuquerque (2007, p. 68) afirma que “[...] em 1989, todos esses povos eram atendidos por 34 (trinta e quatro) escolas. A população atendida era de 1.379 alunos, embora 1.947 estivessem em idade escolar, havendo um total de 77 professores”. Entretanto, o autor não informa se os professores eram todos indígenas ou não, deixando uma importante lacuna para que pudéssemos entender se todos seriam atendidos pela nova proposta de formação, pois “professores indígenas atuam em realidades em que estão envolvidos conflitos de culturas, de sociedades e até de identidades, o que exige, nesse caso, alguma coisa além na sua formação”. D’angelis (2003, p.35).

Contudo, a Proposta foi elaborada pela professora Silvia Lucia Bigonjal Braggio, em

1997, e aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, por meio da Resolução nº 052, no dia 10 de junho de 1998.

Para fundamentar o documento, Braggio (1997) apresenta uma extensa contextualização, com dados importantes em relação aos povos atendidos com as formações, destacando aspectos como: grupos e línguas, situação sociolinguística, números de escolas, professores e número de alunos. A Proposta apresenta, como objetivo, a afirmação de continuidade do Projeto de educação para os indígenas do Estado do Tocantins.

O Projeto de Formação dos Indígenas do Estado do Tocantins pretende dar continuidade ao Projeto de Educação para os Indígenas do Estado do Tocantins, tendo como objetivo principal a realização de um curso de formação que habilite o indígena dos diversos grupos do Tocantins a ser professor da 1ª fase do 1º grau dentro de uma proposta diferenciada, bilingue, específica, intercultural. Visa atender por volta de 100 indígenas dos grupos Karajá, Javaé, Xambioá, Apinajé, Krahô e Xerente, a partir de julho de 1998 (é importante observar que as horas de capacitação já atendidas pelos professores serão contabilizadas para o Curso de Formação) (BRAGGIO 1997, P. 33).

Assim como consta no objetivo da Proposta, o Curso iniciou em julho de 1998. Na primeira etapa, foram atendidos 99 (noventa e nove) professores/cursistas. Albuquerque (2007, p.79) infere que.

De acordo com relatórios da SEDUC (2005), a primeira etapa do Curso de Formação para professores indígenas iniciou-se de 01 a 16/07/98, do qual participaram 99 professores/cursistas de diferentes etnias, com um total de 140 horas-aula, distribuídas nas diferentes disciplinas”.

45

O Autor segue afirmando destacando a carga-horária do curso e sua principal meta.

[...] o curso de formação para professores é específico para o Magistério Indígena, com sua proposta diferenciada, com um total de 2.700 horas/aula, tendo como principal meta formar professores que possam assumir o projeto educacional em suas unidades escolares, na 1ª fase do ensino fundamental.

Sobre o funcionamento do Curso, Muniz (2017, p.71) afirma que “tais cursos ocorrem em etapas intensivas e intermediárias nos períodos de férias escolares e são realizados nas próprias comunidades indígenas ou fora delas, em espaços locados para hospedagem e a realização das aulas”.

Na Proposta de Formação, Braggio (1997, p. 44) registra que “nossa expectativa é a de que os professores indígenas se afastem de métodos pré-concebidos e, de fato, construam com seus alunos os seus conhecimentos, e de que a escola seja um espaço de interlocução de todos os indivíduos com ela envolvidos”. Nesse contexto, propõe uma organização curricular em dois núcleos: um comum e outro específico, como apresentado nos quadros a seguir:

**Quadro 10** – Disciplinas do Núcleo Comum

Disciplinas Comuns	Carga Horária
Língua Indígena	180
Língua Portuguesa	360
Literatura Infanto Juvenil	80
Matemática	300
Geografia	150
História	150
Ciências	300
Arte	80
Educação Física	80

**Fonte:** Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins -1997

**Quadro 11** – Disciplinas do Núcleo Específico

Disciplinas Específicas	Carga Horária
Metodologia e Prática de Ensino	110
Leis e Fundamentos da Educação Escolar Indígena	110
Fundamentos Antropológicos	80
Estágio Supervisionado	360
Pesquisa de Campo	360 <sup>*5</sup>
<b>Total</b>	<b>2.700<sup>**6</sup></b>

**Fonte:** Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins - 1997

Analisando o quadro das disciplinas comuns, destaca-se a disciplina de Língua Indígena, que apresenta uma carga horária de apenas 180 horas, em detrimento da disciplina de Língua Portuguesa, que a carga horária corresponde a 360 horas, o que é incoerente, afinal, é um curso específico para atender professores indígenas.

A Proposta apresenta ementa das disciplinas dos dois núcleos com orientações e os conteúdos que deverão ser trabalhados pelos formadores em cada etapa do Curso. “Na Proposta de Formação, pretende-se ainda, analisar os conteúdos escolares tradicionais (de ciências, matemática, geografia etc.), avaliando a sua adequação às crianças e escolas indígenas”. Albuquerque (2007, p.78).

A estrutura curricular do Curso apresenta uma extensa carga horária de 2.700 horas. Os cursistas levam em torno de 5 (cinco) anos para concluí-lo e, como afirma Muniz (2017).

O Magistério Indígena, segundo o MEC (2016), tem em média a duração de cinco

<sup>5</sup> \*Pesquisa de Campo deverá estar incluída nas várias outras disciplinas. Cada docente que trabalhar com Pesquisa de Campo com o professor indígena usará um total x das 360 horas.

<sup>6</sup> \*\*As horas aula dos professores indígenas nos cursos de capacitação e outros do mesmo teor, como por exemplo, o magistério, serão contabilizadas para o curso de formação, assim como outros cursos oficiais. Espera-se que o Conselho Estadual de Educação defina essa questão. (BRAGGIO 1997, P. 46)

anos e são compostos, em sua maioria, por etapas intensivas de ensino presencial (quando os professores indígenas deixam suas aldeias e, durante um mês, participam de atividades conjuntas em um centro de formação) e etapas de reflexão sobre a prática pedagógica nas aldeias, pesquisa e estudos autônomos (MUNIZ, 2017, p. 70).

Devido ao Curso apresentar uma carga horária extensa, “esse fato, aliado à inconveniência de manter os professores indígenas afastados de suas aldeias por longos períodos de tempo, faz com que tais cursos sejam realizados quase sempre em etapas presenciais e à distância” Maher (2006, p.25).

Durante a trajetória do Curso, podemos constatar, por meio dos registros nos diários de classe<sup>7</sup>, que em torno de 4.581 (quatro mil, quinhentos e oitenta e um) indígenas foram matriculados até o ano de 2022, conforme o quadro 12:

**Quadro 12 – Etapas do Magistério indígena do Tocantins (1998 a 2022)**



Etapas do Magistério Indígena do Tocantins (1998-2022)

ETAPAS	PERÍODO	QTD. DE PROFESSORES CURSISTAS
1ª	01 a 16/07/1998	99
2ª	10 a 28/07/2000	131
3ª	09 a 27/04/2001	113
4ª	02 a 20/01/2001	144
5ª	03 a 21/02/2002	212
6ª	08 a 27/07/2002	176
7ª	08 a 25/07/2003	112
8ª	10 a 20/12/2003	159
9ª	09 a 22/12/2004	149
10ª	04 a 14/07/2005	137
11ª	01 a 16/12/2005	137
12ª	07 a 25/07/2006	198
13ª	08 a 22/12/2006	203
14ª	07 a 31/07/2007	145
15ª	07 a 31/01/2008	163
16ª	14 a 29/07/2009	105
17ª	01 a 18/12/2009	105
18ª	20 a 30/07/2010	130
19ª	07 a 24/07/2011	148
20ª	04 a 27/01/2012	146
21ª	09 a 27/07/2012	137
22ª	07 a 31/07/2013	149
23ª	27/01 a 14/02/2014	138
24ª	09 a 24/07/2015	81
25ª	04 a 28/07/2016	82
26ª	03 a 27/01/2017	97
27ª	03 a 30/07/2017	161
28ª	03 a 30/01/2018	161
29ª	02ª 31/07/2018	160
30ª	01 a 29/07/2019	134
31ª	06 a 31/01/2020	105
32ª	01 a 31/03/2021	90
33ª	01 a 30/11/2021	87
34ª	03 a 25/01/2022	87

Dados consolidados dos diários de classe do Curso. Maria Istélla Côelho Folha

**Fonte:** Gerência de Educação Indígena/SEDUC-TO

<sup>7</sup> Todos os diários de classe das etapas que foram realizadas encontram-se arquivados na Gerência de Educação Indígena na Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

**Quadro 13 – Formados no Curso Magistério Indígena no período de 2000 a 2022**



**MAGISTÉRIO INDÍGENA**

**FORMADOS NO CURSO NO PERÍODO DE 2000 A 2022**

Nº	POVO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
01	APINAJÉ	33	21	12
02	JVAÉ	28	27	01
03	KARAJÁ	45	44	01
04	KARAJÁ/ARUANÃ	03	01	02
05	KARAJÁ/XAMBIOÁ	14	09	05
06	KRAHÔ	84	68	16
07	KRAHÔ KANELA	02	-	02
08	XERENTE	128	101	27
	<b>TOTAL</b>	<b>337</b>	<b>271</b>	<b>66</b>

Em 2022 – foi encerrado Magistério Indígena, com a formatura de 80 professores indígenas. A nova proposta do Magistério indígena, vem sendo discutida no âmbito da secretaria de Educação.

Fonte: arquivos da GEI/ Seduc, atas de resultados, relatórios e diários dos cursistas: coletado por Maria Istélia Coelho Folha.

Palmas 11 em outubro de 2022.

**Fonte:** Gerência de Educação Escolar Indígena/SEDUC-TO

Os registros evidenciam que muitos cursistas desistiram durante o processo. A respeito dessa constatação, o quadro 13 evidencia que, até o ano de 2022, dos cursistas matriculados, 337 (trezentos e trinta e sete) concluíram.

48

Os números mostram uma quantidade expressiva de indígenas matriculados no Curso durante os 24 anos de vigência. Nesse período, 337 (trezentos e trinta e sete) cursistas conseguiram se formar, o que evidencia um rastro de descontinuidade durante a trajetória.

Analisando os números, percebemos que poucos indígenas que se matricularam persistiram e concluíram o Curso. Sabemos que são inúmeros os motivos que levam à desistência, mas será necessário um estudo mais aprofundado para responder os motivos pelos quais muitos indígenas efetivaram suas matrículas e não permaneceram estudando. Nesse contexto, deixo o seguinte questionamento para reflexão: O que aconteceu durante o processo para ocorrer tantas desistências?

De acordo com as informações mencionadas, o número de professores formados em Magistério Indígena não atende à demandadas escolas localizadas nas comunidades, como percebemos no ano de 2022. A Secretaria da Educação do Estado Tocantins registra, no quadro geral de servidores, um total de 593 (quinhentos e noventa e três) professores que trabalham nas escolas indígenas, sendo 404 (quatrocentos e quatro) professores indígenas e 189 (cento e oitenta e nove) professores não indígenas para atender 5.966 (cinco mil, novecentos e

sessenta e seis) alunos matriculados nas escolas regulares e extensões, que funcionam em aldeias menores e não têm escolas com lei de criação.

Como podemos observar, a quantidade de professores indígenas formados em um curso específico, mesmo sendo em Nível Médio, fica muito aquém do quantitativo necessário para atender às escolas indígenas. Outro ponto que precisa ser revisto é o número de professores não indígenas que trabalham nas escolas localizadas nas comunidades.

Os professores indígenas participam de formação específica para atuarem em suas escolas, com o objetivo de ressignificar o ensino e reafirmar sua cultura, enquanto os professores não indígenas não possuem nenhum tipo de formação específica, comprometendo o resultado esperado e causando prejuízo cultural. Nesse viés, segundo Giralдин. (2011),

Enquanto os professores indígenas participam do Curso de Formação de Professores Indígenas promovidos pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), os professores não indígenas não passam por qualquer tipo de especialização específica para poder atuar na educação escolar indígena (Oliveira, 2010). Nessa perspectiva, demonstram pouco conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais [...], o que implica o desconhecimento dos processos próprios de aprendizagem e, apesar da evidente boa vontade demonstrada por eles, dificulta a possibilidade de intercâmbio de saberes e compromete os resultados esperados da escola indígena intercultural (GIRALDIN, 2011, p. 193).

Essa é uma realidade que faz parte da rotina das escolas indígenas do Estado do Tocantins, ou seja, muitos professores não indígenas são contratados para trabalhar nessas unidades escolares, como registrado no quadro 4 de professores indígenas e não indígenas no ano de 2022. Portanto, assumir a responsabilidade pelas atividades realizadas em suas escolas é um direito dos indígenas que precisa ser garantido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este artigo foi uma rica experiência em termos humano, acadêmico e profissional. O Mestrado possibilitou a oportunidade de aprofundar o conhecimento da temática formação de professores indígenas, articulado à valorização da cultura e da diversidade étnica. Trabalhando dentro da Secretaria Estadual de Educação, tive o privilégio de conhecer e trabalhar com os povos indígenas que moram no Estado do Tocantins e sobretudo, participar efetivamente do processo de formação dos professores índios, o que despertou o meu interesse em pesquisar o assunto.

A pesquisa foi realizada por meio de leituras em livros, dissertações de mestrado,

teses de doutorado, artigos e documentos da esfera federal e estadual sobre essa temática. Assim, pude reunir elementos para que fosse possível construir uma linha do tempo com informações sobre o processo de acolhimento da educação escolar indígena pelo Estado do Tocantins, até a formação dos professores indígenas em 2022. Essa análise permitiu observar que ainda há muito a ser feito para que seja garantido o direito a uma formação de qualidade para professores indígenas, que de fato atenda às necessidades de suas escolas e garanta uma educação específica e diferenciada como garantido em lei.

Dentre os documentos pesquisados, destaco a relevância da Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins, escrita em 1997 pela Professora Silvia Lucia Bigonjal Braggio, que contribuiu significativamente para que fosse possível descrever o percurso da realização das formações dos professores indígenas no Estado desde 1991, quando a Secretaria Estadual de Educação assumiu a responsabilidade por esse processo. Dados fornecidos pela Gerência de Educação Indígena/Seduc, evidenciam que este documento garantiu legalmente por 24 anos a oferta do Curso de formação para os indígenas no Estado do Tocantins.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contribuição da Fonologia ao Processo de Educação Indígena Apinayé**. Tese de Doutorado. UFF – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Proposta de formação de professores indígenas do Estado do Tocantins: projeto de educação indígena para o Tocantins**. Palmas -TO: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Gerência de Educação Indígena, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. [rcebo05\\_12 \(mec.gov.br\)](https://arquivos.mec.gov.br/arquivos/rcebo05_12). Acesso em 05 ago. 2022.

BURATTO, Lucia Gouvêa. **A Educação Escolar Indígena na Legislação e os Indígenas com Necessidades Educacionais Especiais**. 2006. [565-4.pdf \(diaadiaeducacao.pr.gov.br\)](https://diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadiaeducacao/pr/gov.br/565-4.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

XERENTE, Ercivaldo Damsõkekwa Calixto. **Processos de Educação Akwẽ e os Direitos Indígenas a uma Educação Diferenciada: Práticas Educativas Tradicionais e suas Relações com a Prática Escolar**. (Mestrado em Direitos Humanos) Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Propostas para a Formação de Professores Indígenas no**

Brasil. In: **Em Aberto: Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil 76.** / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: Ministério da Educação. Volume 20, fevereiro de 2003.

GIRALDIN, Odair. MELO, Valéria Moreira Coelho de. Os Akwẽ-Xerente e a busca pela domesticação da escola *The Akwẽ-Xerente and their search for domestication of the school* **Revista Pós Ciências Sociais Tellus**, ano 12, n. 22, p. 177-199, jan./jun. 2011. Campo Grande, MS. 2011.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Contextualizando O Campo da Formação de Professores Indígenas no Brasil. In: **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias** / Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília: MEC, 2006.

MUNIZ, Simara de Sousa. **Educação escolar indígena no Estado do Tocantins: uma trajetória histórica do curso de capacitação ao curso de formação do Magistério Indígena.** Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura - PPGL da Universidade Federal do Tocantins, 2017.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências.** Publicada no Diário Oficial nº 4.411.